



O PROCESSO DE PROJETO PARTICIPATIVO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O MÉTODO

PAULICHEN, Luana

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, e-mail: l.paulichen@gmail.com

PINA, Sílvia A. Mikami G.

Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, e-mail: smikami@fec.unicamp.br

RESUMO

O conceito de processo participativo apresenta-se, atualmente, como alternativa democrática na produção espacial e urbana, com apelo ao social, principalmente em situações e contextos de projetos de interesse social como estratégia de garantir o direito à cidade. Este artigo é parte de dissertação de mestrado em desenvolvimento e apresenta o papel do arquiteto no contexto dos processos de projetos participativos a partir de um breve contexto histórico e social de tais processos, focando especialmente na identificação de alguns dos métodos mais utilizados e a transformação do papel do técnico. Para tanto, apresentam-se os métodos identificados e o respectivo contexto social e político para compreensão dos desafios e limites enfrentados pelo profissional técnico, contribuindo para a conscientização das novas exigências profissionais, no processo de projeto em si e seu reflexo na formação em arquitetura e urbanismo.

Palavras-chave: Processo participativo; Projeto de Arquitetura; Método participativo

ABSTRACT

The participatory process concept presents, nowadays, as a democratic alternative in the urban and space production, with social appeal mainly in cases that are evolved low income families as a strategy of guarantee the access to the city right. This article is part of a master dissertation in development and presents an analysis of the architect role in the participatory project context, starting with a short review of the social and historical context about those processes, focusing in the identification of some of the most usable methods and the transformation of the technicians' function. To this are presented the methods and its social and politic context to the understanding of the challenge and limits faced by the professionals, contributing to the conscientization of the new professional requirements in the project process and its reflex in the architecture and urbanism formation.

Keywords: Participatory process, Project, Participatory Method

1 INTRODUÇÃO

Uma das bandeiras dos movimentos democráticos contemporâneos é a ampliação e permanência da participação cidadã na tomada de decisões, sejam elas de cunho político, social ou relativas aos espaços. De fato, os conceitos de democracia e participação caminham juntos desde os primórdios, sendo modificados através dos anos, tanto em sua significação quanto nas formas pelas quais são materializados na sociedade. Esta forma inclusiva também tem se refletido na elaboração dos projetos de arquitetura e urbanismo, especialmente por meio dos métodos participativos. O objetivo deste trabalho é apresentar o papel do arquiteto no contexto dos processos de projetos participativos a partir de um breve contexto histórico e social de tais processos, focando especialmente na identificação de alguns dos

métodos mais utilizados e na transformação do papel do técnico no processo de projeto. Para isto, realizou-se um levantamento bibliográfico que foi organizado e espacializado em quatro contextos geográficas relevantes.

2 CONCEITO E CONTEXTO DOS PROCESSOS PARTICIPATIVOS

Entende-se como processo de projeto participativo os métodos projetuais nos quais estão inseridos, além dos técnicos, pessoas leigas ou usuários do objeto em projeção. O diferencial dessa modalidade de operação se encontra na forma pela qual as decisões são compartilhadas, dando voz aos diversos atores envolvidos (LANA,2007). Para Sanoff (2000) participação é a colaboração de pessoas buscando objetivos em comum que eles mesmos definiram, ações que sejam relativas aos seus próprios interesses. Essa abordagem também é defendida por Manzini e Rizzo (2011), segundo os quais o processo participativo inicia-se a partir da união de pessoas com o mesmo objetivo, por livre vontade. Esses processos compreendem-se, então, como maneiras de unir pessoas para que daí surjam, além do objeto ou situação que está sendo projetada, uma cadeia de novas iniciativas.

O contexto histórico dos processos participativos tem nas décadas de 1960, 70 e 80 seu início, considerando que nesse período houve diversas crises sociais ao redor do mundo devido ao período pós-guerra, o início dos movimentos pelos direitos civis, entre outras questões. Embora diferentes em suas matrizes, as abordagens que se desenvolveram em cada contexto demonstraram aspectos em comum devido ao fator humano envolvido, que dá às comunidades significação similar relativas à coesão, permanência e memória.

Mesmo não havendo precisão quanto às datas onde houve os primeiros casos de processos participativos formalizados nesses termos, existem registros de eventos na Europa, na América do Norte e América Latina entre as décadas de 1960 e 1980. Nos Estados Unidos, Comerio (1984) relata situações nas quais agentes técnicos treinados para resolver problemas pela perspectiva da racionalidade técnica se deparam com problemas sociais geradas por situações do pós-guerra que estavam fora do seu escopo comum de trabalho e que não poderiam ser resolvidas sem a introdução de outros agentes no viés da participação social. Inicia-se um movimento pela participação cidadã que viria a culminar no modelo presente hoje nas comunidades americanas, onde é comum existirem núcleos de bairros e comunidades interessadas em envolver-se com questões diversas referentes à cidade e às demandas locais. Em 1969, Sherry R. Arnstein publicou um dos artigos mais conhecidos no contexto da participação com base no contexto americano onde desenvolve a *Ladeira da Participação do Cidadão* (ARNSTEIN, 1969) analisando diferentes abordagens que observou empiricamente, chegando à relação direta entre participação e poder, considerando que somente a redistribuição do poder daria efetividade aos processos participativos (ARNSTEIN, 1969, p. 216).

Na Europa, as críticas aos métodos de tomadas de decisão não participativos relativos à habitação e também concernentes à outras escalas da cidade tiveram início sobretudo em oposição às abordagens de produção habitacional do pós-guerra por seu caráter impessoal e massivo. John Habraken (1972) desenvolveu nesse contexto sua relevante obra *Supports: an alternative to mass housing*, onde defendeu a subdivisão de funções na projeção dos edifícios de modo que técnicos projetem estruturas e as partes rígidas dos edifícios, deixando aos usuários possibilidades de projeção das áreas internas, bem como a intervenção no edifício em toda sua vida útil

através da liberação dos fechamentos da estrutura.

Nessa mesma linha de pensamento, Schneider e Till (2005) ampliaram os conceitos iniciados por Habraken, chegando a um dos pontos-chaves da questão quando afirmam a dificuldade na produção de unidades habitacionais flexíveis devido ao fato de que isso geraria um contexto de não-obsolescência da unidade e, por consequência, a não-necessidade de substituição do produto, uma das bases do sistema capitalista no qual está baseada a economia de boa parte dos países atualmente.

Michel de Certeau e Giancarlo De Carlo foram responsáveis pelos conceitos de fazer com e fazer para as pessoas, muito presentes na temática da participação (BLUNDELL-JONES et al., 2005; CERTEAU, 1994). Para Certeau, a partir do ponto de vista dos afazeres cotidianos existem o saber e o fazer, que acontecem de maneira conjunta, sem claras distinções. Neste ponto está sua crítica ao método, que chama de "*semente da cientificidade moderna*", que é a busca por uma diferenciação desses dois afazeres com vias de se sistematizar, de modo que "*opõe as práticas articuladas pelo discurso às que (ainda) não o são*" (CERTEAU, 1994, p. 136). Diferenciam-se aqui a prática, a teoria e uma terceira posição, mais primitiva e que não possui caráter discursivo.

De Carlo segue numa linha similar à Certeau, porém aplicando o conceito à casos de projeto, onde afirma que o fazer para as pessoas apresenta uma tendência em cristalizar ideias que chegam a um certo ponto no tempo, de modo que a população influencia o planejamento, mas não o uso. Em oposição, o planejamento com as pessoas tende a abrir constantemente processos de revisão que geram melhorias e suportam novas demandas (BLUNDELL-JONES; PETRESCU; TILL, 2005).

Na América Latina, os casos relatados, seja de maneira teórica ou prática, são bem mais recentes e boa parte deles são atribuídos a contextos de movimentos sociais e mutirões. No Uruguai, os mutirões surgiram num período de crise econômica e social na década de 1960. De início o governo viu nessa abordagem uma forma de empregar um imenso contingente de pessoas desempregadas enquanto minimizava outra questão problemática como o déficit habitacional. Aos poucos as cooperativas foram ganhando visibilidade e recebendo atribuições e autonomia chegando, atualmente, a fazer parte das políticas nacionais de habitação (DI PAULA, 2008). Com isso, foram necessárias novas abordagens no desenvolvimento de projetos, o que forçou inúmeros profissionais e grupos de assessoria técnica a desenvolver maneiras de trabalho compatíveis com as novas necessidades dos moradores.

Interessante ressaltar que para o professor Jack Couriel ("*Cooperativas habitacionais no Uruguai*", 2017) o trabalho das cooperativas é uma mistura de trabalho experimental (por tentativa e erro ou a partir da experiência dos próprios moradores e profissionais) e experimentado (a partir dos casos observados), com soluções tomadas de forma conjunta entre profissionais e população, um paralelo direto com os conceitos a respeito dos saberes desenvolvido por Certeau (1994).

Muito similar ao caso uruguaio, no Brasil as cooperativas surgiram e desenvolveram-se nas décadas de 1970 e 1980 a partir da organização de grupo sociais e movimentos de moradia (BONDUKI, 1986), onde a necessidade de soluções habitacionais urgentes e de baixo custo levou os moradores a se unirem na busca por alternativas aos modelos praticados e financiados pelo governo de acesso à casa própria (BONDUKI, 1998). Com a aproximação de

núcleos estudantis aos movimentos de moradia, se iniciou no período um caminho de aprendizado e produção de projetos com viés participativo. Esse caminho resultou em alguns casos de sucesso com a produção de unidades habitacionais, a criação de políticas públicas voltadas para a produção de moradias via mutirão (RONCONI, 1995) e, recentemente, o acesso dos movimentos sociais à financiamentos disponibilizados pelo Estado, como é o caso do programa Minha Casa Minha Vida – Entidades (CAMARGO, 2016; MINEIRO; RODRIGUES, 2012). Embora pareça um avanço, muitas críticas são feitas à abordagem burocrática que o Programa tem apresentado e não são poucos os casos que foram inviabilizados devido ao tempo para os trâmites legais, que podem durar anos, a dificuldade no acesso à terra, entre outras questões.

3 IDENTIFICAÇÃO DE MÉTODOS

Para o levantamento e identificação dos distintos métodos foi realizada uma pesquisa bibliográfica ampla, utilizando-se buscas avançadas com combinação de termos-chave. Existem inúmeros métodos aplicados aos processos participativos e a seleção de qual método será mais efetivo varia de acordo com o contexto da atividade e a população envolvida, não havendo padrões identificáveis ou modelos sistematizados de operação. A seguir, são descritos alguns dos métodos abordados na bibliografia analisada e as funções dos técnicos em cada método, de modo a clarificar seu papel de atuação, organizados e especializados em quatro contextos geográficos relevantes.

3.1 Contexto Norte Americano

Henri Sanoff, arquiteto e professor, aborda experiências de projetos urbanos, institucionais e residenciais nos Estados Unidos apresentando extensa bibliografia sobre o assunto onde métodos variados são abordados. Os jogos são constantemente citados como boas estratégias de articulação devido ao viés de simulação da realidade que propiciam, gerando a discussão de questões que forçam o confronto dos problemas e, conseqüentemente a apropriação das estratégias para resolvê-las. Workshops ou oficinas são considerados como positivas em casos em que há a necessidade de exposição das ideias dos participantes, pois há momento para a fala de cada um e para a discussão dos pontos de vista. Os workshops têm, em geral, uma abordagem mais expositiva; já as oficinas mesclam momentos expositivos com atividades mais lúdicas ou tarefas de criação conjunta. Ambos colaboram como catalisadores na compreensão dos problemas da comunidade. Tarefas de construção coletiva como maquetes ou outros elementos em tamanho real são indicadas para gerar movimentos de cooperação e colaboração por seu caráter produtivo que demanda organização social ativa (SANOFF, 1990).

3.2 Contexto Europeu

Para Blundell-Jones, Petrescu e Till, (2005) o conhecimento arquitetônico não deve ser aplicado como uma forma abstrata ou uma ideia vaga, discutida hipoteticamente, mas deve ser aplicada dentro de um contexto físico em uma situação específica. Essa abordagem desenvolvida pelos autores no contexto inglês também desafia profissionais a se verem como usuários daquele espaço, parte do contexto. Todavia, diferente de uma situação de simples exercício de solução de problemas, os autores propõem uma abordagem com base no conhecimento gerado em comunicação – através da conversa

com pessoas comuns surgem novas possibilidades. Este parece ser o ponto crítico para os profissionais: saber identificar nas conversas os pontos de convergência que trarão novas possibilidades e desenvolvê-las. Os autores relatam casos de atividades utilizando abordagens narrativas, onde uma história é iniciada e cada participante é incentivado a continuar essa história, que se passa no local de projeção, com base no seu ponto de vista e aspirações. Dessa forma, todos têm oportunidade de participar, até mesmo aqueles que, de outra maneira, não exporiam suas opiniões.

Para Hofmann (2018), segundo experiências relatadas de casos desenvolvidos pelo escritório Die Baupiloten na Alemanha, além do diálogo com futuros usuários dos espaços e do uso de jogos para atribuir diferentes abordagens aos problemas, a observação do contexto real é importante fator que contribui para o melhor entendimento das dinâmicas e usos dos espaços por parte dos profissionais e que potencializa o acerto nas decisões de projeto. Outro fator interessante relatado pela autora é que antes de um projeto de espaços, o grupo de profissionais apresenta um compilado das visões e ideias desenvolvidas como metas a partir das informações coletadas, de modo a otimizar o processo de projeto.

3.3 Contexto Latino-americano

Os autores latino-americanos abordados apresentam algumas diferenças entre suas perspectivas e aplicações de métodos. Raúl Vallés ("Cooperativas habitacionais no Uruguai", 2017) descreve a atuação dos profissionais no desenvolvimento dos processos no âmbito das cooperativas uruguaias como maneiras de fortalecer a capacidade do grupo para que ele tome decisões acertadas que serão aplicadas pelos projetistas. A descrição da atuação destaca que o exercício de projeto não é deixado nas mãos dos usuários, mas se compartilham informações e problemas para que as decisões sejam tomadas em conjunto e depois construídas via mutirão.

No contexto chileno Aravena e Iacobelli descrevem métodos utilizados na produção do escritório ELEMENTAL, que envolvem casos de famílias de baixa renda. No geral, a produção das unidades ocorre via empreiteiras ou empresas de construção, sendo posteriormente complementada via autoconstrução individual. Destacam-se três elementos na abordagem dos profissionais: comunicação das restrições aos usuários que vão desde fatores de custo, área mínima e máxima que podem ser projetadas, variações de acabamentos e itens complementares até questões mais técnicas. As decisões conjuntas são o segundo pilar, onde equipe técnica e usuários discutem e chegam a consensos sobre as definições diversas. Por fim, mas não em ordem de importância a participação é bidirecional, ou seja, informações e comunicação são dadas e recebidas por técnicos e usuários de modo que o processo é retroalimentado constantemente. Os momentos de atuação do grupo técnico como *workshops* ou discussões guiadas são considerados gatilhos de processos mais longos desenvolvidos pelos próprios moradores em grupos menores durante as semanas. Em algumas situações também são utilizadas maquetes ou modelos tridimensionais físicos. Neste caso, também os projetos são feitos pelos profissionais, compartilhando momentos de decisão conjunta mas sempre trazendo para si as responsabilidades de projeto (ARAVENA; IACOBELLI, 2016).

3.4 Contexto Brasileiro

No contexto brasileiro Burguière (2016) faz um apanhado geral da produção

via mutirão desenvolvida no período de vigência do Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades, o que caracteriza um processo de edificação que pode ser totalmente via mutirão, mas em geral é misto com empreitadas ou empresas construtoras atuando durante a semana e as famílias nos finais de semana. No início dos projetos, boa parte dos grupos de assessoria realiza atividades no intuito de explicar aos participantes suas funções e as funções de cada um dos grupos e instituições envolvidas no processo, visto que em geral são situações bastante burocráticas. Para tanto são utilizadas abordagens visuais como os diagramas de bolas feitos com papéis coloridos dispostos em quadros.

Os mapas falados são uma estratégia utilizada para envolver os novos moradores à área onde o projeto será implantado, considerando que muitos deles não moram nas redondezas. Através da narrativa dos moradores são feitos ícones que serão colados em um mapa, com intuito de observar os pontos que recebem destaque pela visão de cada usuário, bem como desenvolver estratégias de assimilação e introdução da comunidade na escala do bairro. O conjunto dos edifícios é, em geral, trabalhado a partir de maquetes desmontáveis onde usuários podem manipular, montar e desmontar, mover e testar possibilidades. Na escala da unidade habitacional os métodos mais utilizados demandam o uso de elementos representativos de móveis (modelos bi ou tridimensionais) a partir dos quais serão desenvolvendo os ambientes (BURGUIÈRE et al., 2016)

Em algumas experiências relatadas pelo grupo Usina-CTAH, destaca-se a democratização do saber como ponto base da abordagem, onde é introduzido um modelo de livre associação no trabalho. Antes de trabalhar com as questões práticas de projeto são desenvolvidas no grupo relações de colaboração, para que todos compreendam a função do trabalho em grupo na elaboração do projeto e posteriormente na produção das unidades. Já no contexto do desenvolvimento de projeto os profissionais buscam introduzir referências de fora do contexto dos moradores, bem como questões que fomentem a discussão para que possam desenvolver as propostas a partir do compartilhamento das ideias dos indivíduos, sendo os técnicos os guias desse processo (GUERREIRO; LAZARINI, 2015).

4 ELEMENTOS DA ESTRUTURA METODOLÓGICA E ANÁLISE

Com a descrição dos métodos mais significativos e a identificação das atividades relatadas em cada caso específico, buscou-se a observação das características referentes à figura do profissional nas atividades e a sua articulação. Embora o contexto de cada caso seja bastante diverso e específico, observam-se semelhanças nas abordagens. O resultado segue sistematizado na Figura 01, onde pode-se observar a relação entre os momentos de recepção de conhecimento e informações (visão e audição) e os momentos de exposição de opiniões e verificação de possibilidades (fala e tato). Embora o levantamento não se constitua numa abordagem exaustiva do assunto, observa-se que há diversas possibilidades estratégicas e que todas são complementares umas às outras, pois influenciam momentos distintos do processo. Também se observa que a figura do profissional de arquitetura aparece como agente de preparação, aplicação e análise de cada um dos métodos listados, sendo sua função um fator de necessidade para o bom andamento do processo.

Visão	Abordagens visuais (Burguière, 2016) Observação do contexto real (Hofmann, 2018) Introdução de referências (Guerreiro e Lazarini, 2015)
Audição	Workshops e Oficinas (Sanoff, 1990) Comunicação das restrições (Aravena e Iacobelli, 2016) Democratização do saber (Guerreiro e Lazarini,
Fala	Decisões tomadas em conjunto (“Cooperativas habitacionais no Uruguai”, 2017) Construção de narrativas (Blundell-Jones, Petrescu e Till, 2005) Mapa falado (Burguière, 2016)
Tato	Jogos e Tarefas de construção coletiva (Sanoff, 1990) Maquetes desmontáveis e elementos representativos (Burguière, 2016)

Figura 1 – Sistematização dos resultados

Fonte: Autoras

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação cidadã, hoje uma bandeira associada à democracia, teve seu início nos períodos de redemocratização de inúmeros países ocidentais. Embora esse discurso esteja presente nas falas de muitos políticos e ativistas, nem sempre a participação ocorre de maneira saudável gerando soluções positivas à comunidade devido às dificuldades na sua aplicação.

A história desses processos demonstra que os períodos de crise, como o pós-guerra e a luta pelos direitos civis geraram um sentimento de desconforto, e por conseguinte, uma necessidade de mudança nos diversos contextos abordados. Nos casos latino-americanos, o desemprego e a crise econômica foram agravantes que culminaram na busca por alternativas e novas abordagens. Os momentos de crise surgem como oportunidades de mudança.

Na descrição dos processos em cada contexto, surgem especificidades e semelhanças nas abordagens. Os profissionais surgem como agentes responsáveis por relacionar incontáveis fatores como elementos técnicos de construção, questões econômicas de viabilização, materiais lúdicos voltados à criatividade, especificidades dos sítios de implantação como insolação e topografia, contexto social da comunidade local como etnias ou grupos de interesses, gostos pessoais dos usuários e seus contextos prévios, perfis etário e de gênero, introduzindo novas informações e referências, trabalhando com linguagens faladas e visuais, enfim, são figuras de interrelação entre agentes.

Considerando que os processos possuem momentos de aprendizagem e de contribuição (tanto por parte dos usuários quanto dos técnicos), cabe ao profissional analisar a situação e aplicar o método que julgar mais adequado à situação, dentre os existentes, de modo que seja gerado o resultado mais relevante. Desta maneira, não se sugere que haja modelos pré-estabelecidos de aplicação das atividades e dos processos, mas que sejam geradas possibilidades de aprendizado e comunicação em cada um dos momentos. De qualquer forma, identificam-se claramente o conjunto de métodos propícios para momentos de recepção de conhecimento e para exposição de opinião.

Por outro lado, os resultados também evidenciam e reforçam a necessidade de abordar as diversas estratégias e métodos durante a formação dos

profissionais de arquitetura e urbanismo, de forma a preparar os futuros profissionais para lidar com situações distintas e com projetos coletivos, infelizmente ainda pouco presente nas escolas brasileiras.

Quando se trata de participação, profissionais e população constroem conjuntamente as demandas que propiciam inovação quando vislumbram alternativas desafiadoras ao modelo de projeto e produção corrente e colocam em práticas as ideias que debatem de modo participativo.

REFERÊNCIAS

- ARAVENA, A.; IACOBELLI, A. **Elemental: Incremental housing and participatory design manual**. Germany: Hatje Cantz Verlag, 2016.
- ARNSTEIN, S. R. A Ladder Of Citizen Participation. **Journal of the American Institute of Planners**, v. 35, n. 4, p. 216–224, jul. 1969.
- BLUNDELL-JONES, P.; PETRESCU, D.; TILL, J. (EDS.). **Architecture and participation**. New York: Spon Press, 2005.
- BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil: Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria**. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- BONDUKI, N. **Habitar São Paulo: Reflexões sobre a gestão urbana**. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.
- BONDUKI, N. G. **Construindo territórios de utopia: A luta pela gestão popular em projetos habitacionais**. Dissertação de Mestrado - Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo—São Paulo: Universidade de São Paulo, 1986.
- BURGUIÈRE, E. et al. **Produção social da moradia no Brasil: Panorama recente e trilhas para práticas autogestionárias**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.
- CAMARGO, C. M. D. **MINHA CASA MINHA VIDA ENTIDADES: entre os direitos, as urgências e os negócios**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo—São Carlos: Universidade de São Paulo, 2016.
- CERTEAU, M. DE. **A invenção do cotidiano I: as artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- COMERIO, M. C. Community Design: Idealism and Entrepreneurship. **Journal of Architectural and Planning Research**, p. 227–243, dez. 1984.
- Cooperativas habitacionais no Uruguai**. São Paulo Escola da Cidade, , 19 abr. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DG91fPfvzGI>>. Acesso em: 20 abr. 2019
- DI PAULA, J. La federación de cooperativas de ayuda mutua de Uruguay como movimiento social. **Cuaderno Urbano: Espacio, Cultura, Sociedad**, p. 185–213, 2008.
- GUERREIRO, I.; LAZARINI. Processos de Projeto como Construção de autonomia. In: VILAÇA, Í.; CONSTANTE, P. (Eds.). **Usina: entre o projeto e o canteiro**. São Paulo: Edições Aurora, 2015.
- HABRAKEN, N. J. **Supports: An Alternative to Mass Housing**. London: Architectural Press, 1972.
- HOFMANN, S. Participative Architecture: The Way to More Environmental Justice. **Architectural Design**, v. 88, n. 5, p. 116–121, set. 2018.

LANA, S. M. **O ARQUITETO E O PROCESSO DE PROJETO PARTICIPATIVO: o caso do RSV**. Dissertação de Mestrado - Escola de Arquitetura e Urbanismo da UFMG—Belo Horizonte, MG: Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.

MANZINI, E.; RIZZO, F. Small projects/large changes: Participatory design as an open participated process. **CoDesign**, v. 7, n. 3–4, p. 199–215, set. 2011.

MINEIRO, E. H.; RODRIGUES, E. Do Crédito Solidário ao MCMV Entidades: uma história em construção. In: LAGO, L. C. DO (Ed.). . **Autogestão Habitacional no Brasil: Utopias e contradições**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2012. p. 19–48.

PARVIN, A. **Architecture for the people by the people**. Palestra no TED Talks, 12 fev. 2013. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/alastair_parvin_architecture_for_the_people_by_the_people>. Acesso em: 24 jun. 2018

RONCONI, R. L. N. **Habitações construídas com gerenciamento pelos usuários, com organização da força de trabalho em regime de mutirão. (O programa FUNAPS comunitário)**. Dissertação de Mestrado—São Paulo: Universidade de São Paulo, abr. 1995.

SANOFF, H. (ED.). **Participatory Design: Theory and techniques**. [s.l.: s.n.].

SANOFF, H. **Community Participation Methods in Design and Planning**. New York: John Wiley and Sons, 2000.

SCHNEIDER, T.; TILL, J. Flexible housing: opportunities and limits. **arq: Architectural Research Quarterly**, v. 9, n. 02, p. 157, jun. 2005.